



**República de Moçambique**

**Ministério da Agricultura**

Com o Apoio da:



Canadian International  
Development Agency

Agence canadienne de  
développement international

**Canada**

---

# **Relatório do Sector da Agricultura Contribuições para Avaliação do PARPA II**

---

**VERSÃO FINAL**

Relatório Preparado pela:



**Maputo, Agosto 2009**

# Índice

<a href="#">Sumário Executivo.....</a>	<a href="#">5</a>
<a href="#">Introdução.....</a>	<a href="#">10</a>
<a href="#">Avaliação do PARPA II.....</a>	<a href="#">11</a>
<a href="#">Quanto a geração de tecnologias agrárias adaptadas, medido pelo número de variedades de culturas novas libertas, o quadro acima mostra que em 2008 a meta traçada não foi alcançada, no entanto em 2007 foram libertadas nove variedades de novas de culturas, das quais um híbrido de milho para cada uma das três zonas agro-ecológicas (alta, média e baixa) e uma de feijão nhemba e em 2008 foram libertados 2 novas variedades de milho híbrido através de 3 novos pacotes tecnológicos. Em 2008, foram ainda treinados técnicos, incluindo agricultores seleccionados em metodologias de produção local de sementes.....</a>	<a href="#">13</a>
<a href="#">2007: Transmitidas 191 horas de programa de rádio na disseminação de mensagens técnicas; e efectuadas 2.863 demonstrações, sendo o maior número com culturas alimentares.....</a>	<a href="#">16</a>
<a href="#">2008: Transmitidas 260 horas de programa de rádio com mensagens de extensão e disseminação de 7 pacotes tecnológicos.....</a>	<a href="#">17</a>
<a href="#">Factores – Chaves no Desempenho do Sector.....</a>	<a href="#">21</a>
<a href="#">Breve Avaliação do Quadro Político - Legal do sector da Agricultura.....</a>	<a href="#">23</a>
<a href="#">    Efectividade na realização dos objectivos do PARPA .....</a>	<a href="#">27</a>
<a href="#">    Nível de operacionalização das políticas.....</a>	<a href="#">28</a>
<a href="#">Considerações sobre indicadores para o sector.....</a>	<a href="#">28</a>
<a href="#">Os aspectos de natureza qualitativa não foram capturados e é sobre estes aspectos que a definição de indicadores para o futuro deve ser dada. ....</a>	<a href="#">28</a>
<a href="#">É preciso notar que a agricultura tem directrizes \ áreas de desenvolvimento chave, nomeadamente Investigação, Produção, Extensão que são difíceis de quantificar. A pesquisa é um processo de longo prazo em geral difícil de quantificar. A produção precisa também de tempo para gerar resultados. E, a extensão deve olhar os aspectos de número de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão como também a qualidade de trabalho desenvolvido pelos extensionistas.....</a>	<a href="#">28</a>
<a href="#">Documentação Consultada.....</a>	<a href="#">30</a>
<a href="#">Anexo I: Orçamento e Execução no Período (2006-2008) no MINAG e DPA.....</a>	<a href="#">31</a>
<a href="#">Anexo II: Matriz do PARPA II: Agricultura.....</a>	<a href="#">32</a>

## Abreviaturas

BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
CGE	Conta Geral do Estado
CUT	Conta única do Tesouro
DNSV	Direcção Nacional de Serviços de Veterinária
DPA	Direcção Provincial <b>da</b> Agricultura
GdM	Governo de Moçambique
ha	Hectares
MINAG	Ministério da Agricultura
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MPD	Ministério <b>da</b> Planificação e Desenvolvimento
PAEI	Política Agrária e Estratégia de Implementação
PAF   QAD	<i>Performance Assessment Framework</i>   Quadro de Avaliação de Desempenho
PAPs	Parceiros de Apoio Programático
PAPA	Plano de Acção para a Produção de Alimentos
PARPA	Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta
PEDSA	<b>Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário</b>
PES	Plano Económico e Social
PROAGRI	<b>Programa Nacional para o Desenvolvimento Agrário</b>
RAI	Relatório de Avaliação de Impacto
REO	Relatório de Execução Orçamental
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TA	Tribunal Administrativo

## Sumário Executivo

No período de implementação do PARPA II (2005-2009), o sector agrário em Moçambique medido pelos indicadores de produto da matriz do PARPA II registou em geral um desempenho assinalável, pois dos 10 indicadores avaliados mais de metade alcançou a meta programada. Do total, 30% dos indicadores não atingiu a meta estabelecida e 1 indicador não apresenta informação suficiente para aferir sobre o seu desempenho. Portanto, em geral, os objectivos estipulados no PARPA II para o sector foram atingidos mas não na sua totalidade.

Para o sector agrário, o PARPA II traçou os seguintes objectivos: (i) Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão; (ii) Promover a construção e reabilitação das infra-estruturas agrárias; (iii) Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários; (iv) Melhorar o acesso a informação e a mercados agrários; (v) Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor; (vi) Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável (Gestão de Recursos Naturais); e (vii) Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais.

Cada um destes objectivos encontra-se associado a um ou mais indicadores de “desempenho”, subdivididos em indicadores de resultados e indicadores de produto ou impacto (Ver Anexo 1: Matriz do PARPA II: Agricultura).

A tabela abaixo resume o grau de cumprimento de cada objectivo da matriz do PARPA II em 2008, medido pelos indicadores de produto/execução:

Objectivos	Indicadores de Produto / Execução	2005	2008	2008	Desempenho
		Base	Meta	Realiz.	
Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão	Nº total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação	177.000	258.300	354.070	Atingido
	Nº de variedades de culturas novas libertas	4	3	2	Atingido
Promover a construção e reabilitação de infra-estruturas agrárias	Nº de novos ha de regadio construídos e/ou reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários	2,500	3,400	1,778	Não Atingido
Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários	Nº de vacinações contra Newcastle	1,988,000	3,100,000	3,293,636	Atingido
Melhorar o acesso a informação e mercados agrários	Nº de horas de programa de rádio difundindo informações de mercado	87	173	76	Não Atingido
	Nº de associações de produtores assistidos pelo MINAG, incluindo outsourcing	2,476	3,050	4,158	Atingido Parcialmente
Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor	Nº de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos	2,000	5,000	9,635	Atingido
Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável	% de processos recebidos e tramitados no prazo de 90 dias	78%	95%	70%	Não Atingido
	Nº de comunidades locais delimitadas e registadas no Atlas Cadastral	180	242	245	Atingido
Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais	Área média coberta por fiscal	1128	806	n/a	Informação Insuficiente

Fonte: Matriz de Indicadores do Memorando de Entendimento – PROAGRI II (Fornecido pelo MINAG)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> É preciso salientar as divergências substanciais entre os dados constantes nos documentos de monitoria, mais especificamente o Balanço do PES e os dados da Matriz de Indicadores do Memorando de Entendimento. Um dos indicadores a salientar é o nº de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos que por exemplo o BdPES de 2008 apresenta um total de 3.324 licenças e certificados emitidos enquanto o MoU apresenta 9.635 criticados e licenças emitidas (diferença esta, substancial).

A Matriz do PARPA inclui indicadores de resultados e de produto ou impacto e deve ser bem notado que os relatórios de monitoria não apresentam informação sobre os indicadores de resultado sendo difícil avaliá-los de uma forma sistemática.

Note que o sector agrícola no período do PARPA II e conforme projectado atingiu na sua totalidade os seguintes três (3) objectivos: (i) Aumentar o acesso a tecnologia de informação de extensão, (ii) Aumentar a disponibilidade e o acesso as infra-estruturas agrárias (**ATENÇÃO: ESTE INDICADOR NÃO FOI ATINGIDO**) e (iii) Promover o desenvolvimento do sector **privado** e dos sistemas de produção na óptica do cadeia de valor. Este progresso é em geral, explicado por vários factores, a destacar:

- (i) O sector agrícola tem auferido maior atenção na Agenda **Política** desde 2007, sustentado pelo facto do aumento do orçamento do Ministério da Agricultura (MINAG) de ano para ano no período<sup>2</sup>, aumentando desse modo a capacidade de resposta do sector e a prestação de maior número de serviços;
- (ii) O Aumento de coordenação entre o nível central – MINAG e as Direcções Provinciais **da** Agricultura no sentido da disponibilização atempada dos recursos necessários não só em termos de disponibilização de fundos como também em termos de disponibilização **de** insumos e **de** meios de transporte que permitiu não só a descentralização de actividades **e de orçamento**, como também aumentar a capacidade das Províncias, contribuindo desse modo para o alcance do objectivo de aumento de disponibilidade e acesso aos insumos pecuários, tecnologias e informação de extensão;
- (iii) No período foram realizadas diversas actividades, como **são os casos** do treinamento de **técnicos, da** sensibilização de Produtores em diversas áreas no que se refere ao fomento de culturas tolerantes à seca, **da** promoção da utilização de insumos **e de** tecnologias melhoradas, como também para o aproveitamento das zonas baixas e recursos hídricos existentes para agricultura, possibilitando o aumento de informação **aos** produtores.
- (iv) Disseminação de pacotes tecnológicos para o controlo integrado de pragas e **doenças, com** destaque para a produção de ovos **e de** porcos com base na moringa e olipera e respectivo processamento de carnes;
- (v) Monitoria e Controlo de Pragas (gafanhoto vermelho; pardal de bico vermelho, lagarta invasora, cochonilha, ácaro verde da mandioca, vírus do Mosaico da mandioca, virose do tomateiro, caruncho grande do milho e mosca de fruta);
- (vi) A disponibilização atempada da vacina pela DNSV aos Serviços Provinciais de Pecuária, e estes por sua vez aos Serviços Distritais de Actividades Económicas;
- (vii) Distribuição de insumos agrícolas através da realização de feiras agro-pecuárias que **permitiu promover** a utilização de insumos e tecnologias melhoradas.

<sup>2</sup> Segundo a CGE (2006,2007) e o REO IV 2008, o MINAG no período apresentou as seguintes dotações orçamentais: 2006 (884.862 Milhões MT), 2007 (1.164.460 Milhões MT), 2008 (1.244.290 Milhões MT)

- (viii) Aprovação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (2008-2011) com maior impacto em 2008, que permitiu o fortalecimento da extensão agrária e assim aumentando o número, a capacidade e meios de trabalho dos extensionistas, bem como a provisão de sementes e outros insumos de impacto na produção em áreas de alto potencial agro ecológico; Este Plano contribuiu significativamente para a elevada execução observada no indicador número de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão em 2008;

Por outro lado, o sector agrícola em Moçambique é muito vulnerável, influenciado por diversos factores exógenos e endógenos, o que explica não só, o não cumprimento da totalidade dos objectivos e metas programados no PARPA II como também, as alterações constantes das prioridades em termos de actividades no sector, a destacar:

- (i) Fraca coordenação inter-institucional, tendo em conta que o alcance de muitos objectivos dependem de outros sectores (obras públicas, **energia**, finanças), como é o caso da construção e reabilitação de infra-estruturas agrárias;
- (ii) A dispersão dos **camponeses, criando** dificuldade de assistências aos mesmos;
- (iii) Apresentação de **projectos** relativos ao sector, mal formulados e que carecem de reformulação, o que leva não só a demora na emissão de pareceres por parte das entidades envolvidas no processo de tramitação e devolução de **processos, criando** assim problemas de acesso pelas comunidades aos recursos naturais como **também situações** de atrasos no desembolso de fundos;
- (iv) Fraco conhecimento da legislação em torno do sector agrícola e dificuldades na implementação da Lei e Regulamento do **procurement (Decreto 54/2005)**, o que dificulta a tramitação de processos;
- (v) Falta de transparência na distribuição de insumos, levando ao não cumprimento da totalidade dos objectivos;
- (vi) Limitação de meios de produção (técnicas e tecnologias), infra-estruturas e recursos financeiros;
- (vii) Efeitos calamitosos; cheias, seca, pestes e **regimes** pluviométricos irregulares e a sua fraca **gestão, o** que contribui para o fraco crescimento e desenvolvimento do sector;
- (viii) Dificuldades de acesso aos mercados e insumos;
- (ix) Fraca capacidade técnica do sector para responder a todos os objectivos estabelecidos;
- (x) Falta de conhecimento da legislação em torno do sector agrário e dificuldade na implementação dos novos Regulamentos do *procurement*;
- (xi) **Processo de construção de regadios moroso**: em média 3 anos, dificultando a mensuração deste objectivo;

Mais especificamente, o fraco desempenho na irrigação, está ligado aos seguintes aspectos: (i) Por diversos motivos os custos unitários para a construção e reabilitação de regadios são muito elevados, o que afecta a realização das metas do sector tendo em conta que os orçamentos são limitados; (ii) **Limitação de fundos**; (iii) Os procedimentos na tramitação dos processos são bastante **complexos**, o que estende os prazos de execução dos projectos; (iv) Problemas com a oferta de serviços de qualidade para a construção de obras de irrigação de pequena escala; (v) Poucas empresas com vocação profissional na área de Hidráulica. (vi) Fraca capacidade técnica a nível das **províncias**, **que** faz com que não haja respostas satisfatórias nos Projectos de Desenvolvimento;

Este tipo de situações, levou a que o Estado repensasse em novas dinâmicas e desenvolvesse ao longo dos anos planos de acção e estratégias para o sector, nomeadamente: (i) Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI); (ii) Programa Nacional **para o** Desenvolvimento Agrário (PROAGRI II); (iii) Visão do Sector Agrário em Moçambique (VSAM); (iv) Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR); (v) Estratégia da Revolução Verde; (vi) Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA 2009-2011); (vii) Estratégia da Comercialização Agrícola (2001); (viii) Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II); (ix) Plano Quinquenal do Governo e as prioridades do MINAG (x) Política e Estratégia de Desenvolvimento de Floresta e Fauna Bravia (1997),

Este quadro de políticas e estratégias do sector agrário incorporam a visão do PARPA II e garantem o **cumprimento dos seus objectivos**, pois os mesmos visam em geral o aumento da produção, produtividade e a garantia da segurança alimentar. No entanto, a operacionalização das políticas no sector da agricultura **é baixa, devido** a diversos factores, com destaque para: Insuficiência de recursos humanos capacitados; Atrasos na Preparação de Relatórios e fecho de contas; Dependência financeira para a implementação das políticas desenhadas; Atrasos **nos desembolsos**; Vias de acesso debilitadas e insuficientes; Falta de coordenação inter institucional pois o desenvolvimento do sector agrário depende do desenvolvimento ou das actividades de outros sectores: infra – estrutura, energia, água, recursos naturais, financiamento. É importante que todas as políticas e estratégias desenhadas para o sector sejam complementares e não concorrentes **entre si, de modo** que não haja choques na implementação das actividades nem utilização ineficiente de recursos.

Além do quadro de políticas, o sector rege-se por um quadro legal que inclui diversos instrumentos essenciais, nomeadamente: (i) A Lei 19/97 de 1 de Outubro: Lei de Terras; (ii) O Decreto nº 66/98 de 8 de Dezembro, que regulamenta a Lei de Terras; (iii) A Lei 10/99 de 7 de Julho: Lei de Florestas e Fauna Bravia; (iv) Decreto nº 12/2002 de 6 de Junho que regulamenta a Lei de Florestas e Fauna Bravia; (v) Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio: define os mecanismos de gestão e canalização dos 20% das taxas de exploração florestal e faunística para as comunidades locais; (vi) Decreto 60/2006 de 26 de Dezembro

que Aprova o Regulamento sobre o solo urbano; e (vii) Decreto 50/2007 de 16 de Outubro que altera o artigo 35 do Regulamento da lei de Terras.

Em geral, este quadro é considerado favorável especialmente ao crescimento do pequeno agricultor. No entanto, ainda se verificam problemas de fraco conhecimento das Leis, Políticas e Regulamentos e uma consequente **má aplicação no terreno**, facto este que resulta em conflitos de diversa ordem (por exemplo, parcelamentos ilegais e desacordos em relação às delimitações), que vêm sublinhar a fragilidade das instituições de tutela na aplicação da Lei.

De um modo geral, os indicadores existentes são úteis, **sendo necessário** reformulá-los e reduzi-los conforme aplicável, ou seja, os indicadores da matriz do PARPA são considerados bons para a medição de desempenho do sector, no entanto além **de serem** de natureza quantitativa são muitos para a capacidade interna do MINAG. Assim, dada a natureza do sector, seria importante reformular os indicadores existentes de forma a incorporarem ou tornarem **clara** essa dimensão qualitativa e **reduzi-los para um número que o MINAG seja capaz de monitorar e acompanhar.**

Outro aspecto prende-se com a questão de coordenação intersectorial, **pois** apesar do MINAG ser o único Ministério responsável dos regadios com objectivos agrícolas, a questão de coordenação intersectorial deve ser elevada para melhorar a eficiência dos gastos públicos. Com relação ao indicador *nº de comunidades locais delimitadas registadas no atlas cadastral*, há que referir que o indicador foi reportado de forma cumulativa enquanto a matriz assim não se referia. Logo inconsistências de interpretação do indicador foram verificadas durante o período. Assim sendo, há uma necessidade de se denominar o indicador correctamente.

## Introdução

Em Moçambique a agricultura é considerada uma das áreas prioritárias do Governo e o seu aperfeiçoamento e melhoramento segundo o PARPA II é crucial para o desenvolvimento económico e conseqüente redução da pobreza absoluta. É alinhado a este pensamento que surge o presente relatório denominado **“Relatório do Sector da Agricultura – Contribuições para a Avaliação do PARPA II”** encomendado pelos parceiros do PROAGRI onde se detalha as constatações alcançadas no âmbito da realização dos objectivos estipulados no PARPA II no que se refere ao desempenho do sector da agricultura através de uma análise comparativa (para o triénio 2006 a 2008) de vários documentos de execução com destaque para o Balanço do PES e as Revisões Conjuntas Anuais (com as metas estabelecidas no PARPA II indicadas).

## Objectivos

O Governo em estreita colaboração com os Parceiros encontra-se a preparar a Avaliação do PARPA II, com o objectivo de elaborar um Relatório de Avaliação de impacto (RAI) que tem por objectivo principal, determinar a efectividade do PARPA II como quadro de redução da pobreza e desigualdades em Moçambique, como também de prover lições para o desenvolvimento para futuros documentos de planificação de médio - prazo.

É neste contexto e de acordo com os Termos de Referência que o presente relatório tem por objectivo primordial, avaliar o desempenho do sector da agricultura no que se refere ao cumprimento dos objectivos estipulados no PARPA II, seus factores, políticas e estratégias determinantes. Este relatório servirá de contributo ao Relatório de Avaliação de Impacto (RAI).

O objectivo do RAI no sector da agricultura é:

- Determinar a eficiência e eficácia do PARPA II como quadro para alcançar: a) a transformação estrutural da agricultura; b) o aumento da produtividade agrária; c) a gestão e utilização sustentável dos recursos naturais, como contributos para alcançar a redução da pobreza e reduzir as desigualdades; e
- Recomendar as melhores práticas a serem seguidas em programas posteriores.

## Estrutura

O Relatório, começa por apresentar uma secção sobre o desempenho do sector da agricultura no período de 2006-2008 através de uma análise comportamental dos indicadores e respectiva comparação com as metas estabelecidas na matriz do PARPA II. De seguida faz-se menção aos factores por detrás de tal comportamento, seguindo-se a apresentação do quadro político-legal e dos documentos orientadores e estratégias do sector. Por último avança-se com algumas considerações sobre os indicadores de avaliação existentes até á data no sector.

## Metodologia

Para a realização do presente estudo foi aplicada uma abordagem multidisciplinar e integrada de acordo com uma metodologia que obedeceu aos seguintes princípios:

- Análise detalhada de documentos orientadores da orçamentação, PARPA e respectiva matriz estratégica, Plano Económico e Social (PES), Balanço do PÉS (BdPES), Balanço de Meio – Termo (2005-2009), Revisão Conjunta Anual e Semestral (geral e específico para o sector da Agricultura). Todos esses documentos foram analisados para o triénio 2006 - 2008.
- Análise detalhada dos documentos emitidos pelo Governo no sector da Agricultura com destaque para a estratégia do sector com o objectivo de triangular informação;
- Compromisso de clareza de pensamento e de expressão, a fim de produzir um relatório analítico com conteúdos que sejam capazes de fomentar amplo e directo debate entre os diferentes actores sobre o desempenho do sector no período em análise.

### Pilar Desenvolvimento Económico

*Desenvolvimento Económico* é um dos 3 pilares do PARPA II e encontra-se sub- dividido em seis (6) grupos de trabalho, nomeadamente:

- ◆ Sector Financeiro;
- ◆ Sector Privado;
- ◆ Agricultura;
- ◆ Infra-estruturas (Vias de acesso e Telecomunicações)
- ◆ Energia

## Avaliação do PARPA II

De acordo com o PARPA II (2006:125) atingir um crescimento económico sustentável e abrangente virado para a criação de emprego depende do desenvolvimento da base produtiva do país, empresarial e familiar, especialmente naquelas actividades consideradas prioritárias nos sectores agrícola, industrial, turismo, entre outras. Portanto, o sector agrícola representa uma das actividades que contribui para o alcance dos objectivos gerais de desenvolvimento económico e social e consequente redução da pobreza através da geração de rendimentos na produção familiar, criação de emprego e auto-emprego, geração de divisas e receitas para o Estado e a articulação e integração da economia Moçambicana.

Os seguintes objectivos foram traçados para o sector da agricultura, nomeadamente<sup>3</sup>:

1. Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão;
2. Promover a construção e reabilitação das infra-estruturas agrárias;
3. Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários;
4. Melhorar o acesso a informação e mercados agrários;
5. Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor;
6. Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável (Gestão de Recursos Naturais); e
7. Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais.

<sup>3</sup> PARPA II (2006 - 2009)

Em geral, os objectivos estipulados no PARPA II para o sector foram atingidos mas não na sua totalidade. Dos 10 indicadores avaliados mais de metade alcançou a meta programada, sendo que 30% dos indicadores não atingiu a meta estabelecida e 1 indicador não oferece informação suficiente para aferir sobre o seu desempenho.

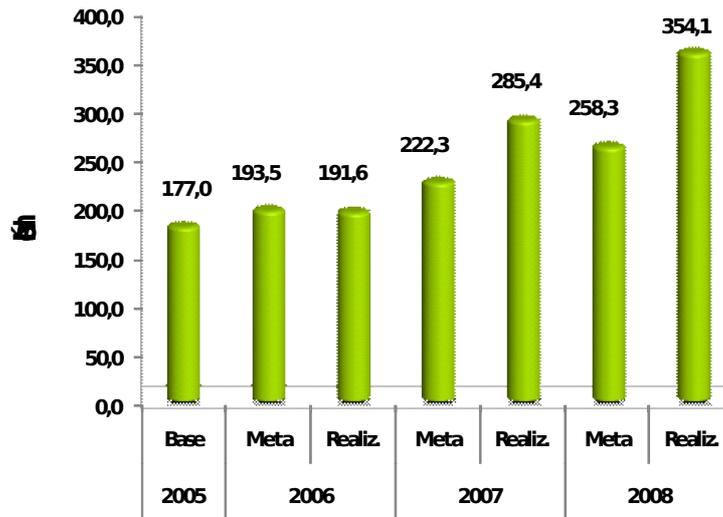
O sector agrícola no período do PARPA II e conforme projectado, atingiu na sua totalidade os seguintes três (3) objectivos: (i) Aumentar o acesso a tecnologia de informação de extensão, (ii) Aumentar a disponibilidade e o acesso as infra-estruturas agrárias e (iii) Promover o desenvolvimento do sector provado e dos sistemas de produção na óptica do cadeia de valor. Por outro lado, e devido ao facto do sector agrícola em Moçambique ser muito vulnerável, alguns indicadores não foram atingidos na sua totalidade em termos das metas programados no PARPA II.

### **1. Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão**

O indicador nº *de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão* cresceu em média 18.6% no período compreendido entre 2005 - 2008, pois se em 2005 eram assistidos 177.000 camponeses, em 2008 este número aumentou para 354.070 (ver gráfico abaixo). Pode-se constatar que de um modo geral o que foi programado foi alcançado.

A elevada execução em 2008, como se pode observar no gráfico abaixo, está muito relacionado com a aprovação do Plano de Acção para a Produção de Alimento em 2008 que permitiu o fortalecimento da extensão agrária, aumentando o número, a capacidade e meios de trabalhos dos extensionistas.

### **Gráfico 1: Numero Total de Camponeses Assistidos pelos Serviços Públicos de Extensão: Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**

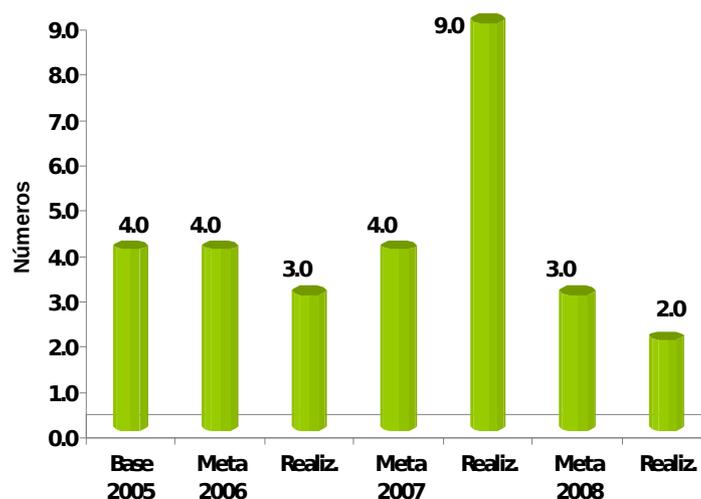


■ N° total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação

Fonte: Matriz dos Indicadores do Memorando de Entendimento (2006, 2007 e 2008)

Quanto a geração de tecnologias agrárias adaptadas, medido pelo *número de variedades de culturas novas libertas*, o quadro acima mostra que em 2008 a meta traçada não foi alcançada, no entanto em 2007 foram libertadas nove<sup>4</sup> variedades de novas de culturas, das quais um híbrido de milho para cada uma das três zonas agro-ecológicas (alta, média e baixa) e uma de feijão nhemba e em 2008 foram libertados 2 novas variedades de milho híbrido através de 3 novos pacotes tecnológicos. Em 2008, foram ainda treinados técnicos, incluindo agricultores seleccionados em metodologias de produção local de sementes.

**Gráfico 2: Número de Variedades de Cultura Libertas: Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**



Fonte: Matriz dos Indicadores do Memorando de Entendimento (2006, 2007 e 2008)

<sup>4</sup> O Balanço de PES para 2007, apresenta uma realização de 4 número de variedades de culturas novas libertas.

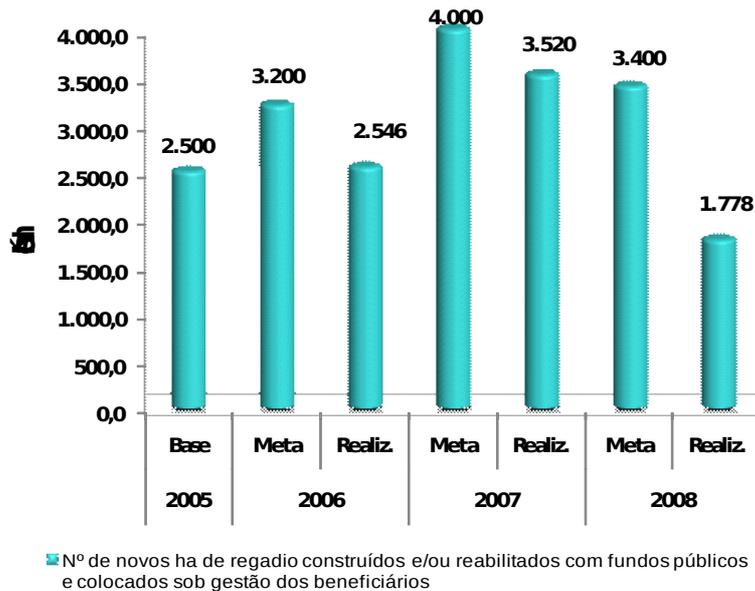
## 2. Promover a construção e reabilitação das infra-estruturas agrárias

No que se refere a promoção de construção e ou reabilitação de infra-estruturas agrárias constata-se que para alcançar este objectivo, acção adicional é necessária pois, o *nº de novos ha de regadios construídos e/ou reabilitados* aumentou mas não na proporção planeada. Por outro lado, em 2008 verificou-se um nível de execução extremamente baixo de 52% (3.520 em 2007 para 1.778 em 2008) que poderá estar relacionado com o facto de o processo de construção dos regadios levarem, em média, cerca de 3 anos (não apresentando assim efeitos e resultados imediatos).

O fraco desempenho na irrigação, segundo o Relatório de Desempenho do MINAG (2008) foram:

- Por diversos motivos os custos unitários para a construção e reabilitação de regadios são muito elevados, o que afecta a realização das metas do sector tendo em conta que os orçamentos são limitados.
- Limitação dos fundos;
- Os procedimentos na tramitação dos processos são bastante complexos o que alonga os prazos de execução dos projectos;
- Problemas com a oferta de serviços de qualidade para a construção de obras de irrigação de pequena escala;
- Poucas empresas com vocação profissional na área de Hidráulica.
- Fraca capacidade técnica a nível das províncias, faz com que não haja respostas satisfatórias nos Projectos de Desenvolvimento.
- Atrasos na devolução do Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA aos empreiteiros têm criado problemas no relacionamento comercial entre as unidades de gestão e os empreiteiros;

**Gráfico 3: Número de novos regadios construídos e reabilitados: Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**



Fonte: Matriz dos Indicadores do Memorando de Entendimento (2006, 2007 e 2008)

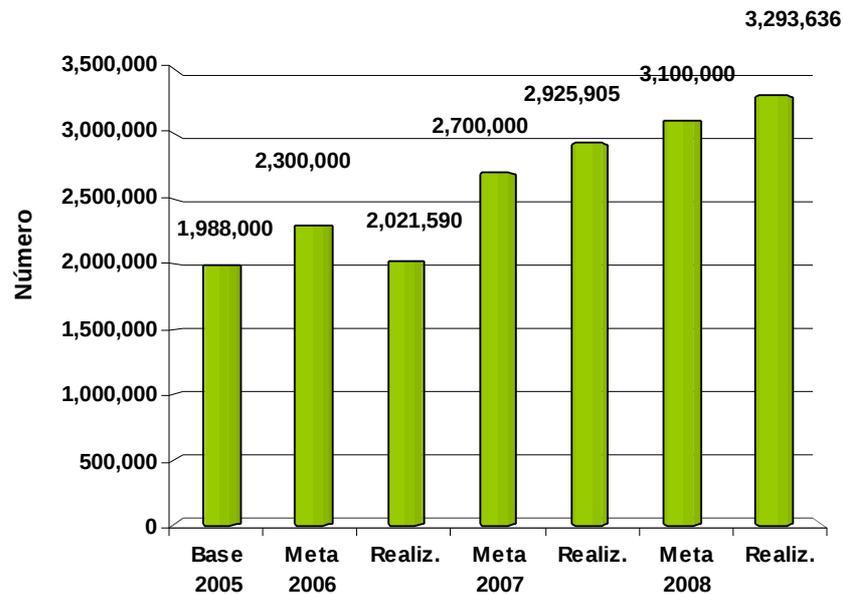
### 3. Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários

A doença de Newcastle é uma patologia altamente contagiosa que afecta aves domésticas e selvagens. Pode ser prevenida através de vacinas específicas. Como se pode verificar, no gráfico abaixo apresentado, o nº de vacinações contra Newcastle duplicou no período em análise de 2005 a 2008, tendo sido alcançadas as metas na sua totalidade com excepção para o ano de 2006.

Contribuíram para o alcance destes resultados, pelo menos em 2008 a disponibilização atempada da vacina pela DNSV aos Serviços Provinciais de Pecuária, e estes por sua vez aos Serviços Distritais de Actividades Económicas. Não obstante estes resultados, importa destacar alguns constrangimentos nesta área, nomeadamente:

- ✓ A problemática do sistema de frio para o transporte e conservação da vacina a diferentes locais;
- ✓ Apesar de alguns Distritos possuírem meios de frio, há problemas de conservação de vacinas derivados por um lado ao fornecimento irregular de energia eléctrica, e por outro lado a dificuldades de manutenção de painéis solares.
- ✓ A exiguidade de fundos para fazer um acompanhamento atempado de recolha de dados;
- ✓ Falta de pessoal técnico para fazer cobertura a nível nacional (visto que o número de vacinações tem vindo a crescer, mas as áreas cobertas ainda não atingiram o nível satisfatório).
- ✓ Desembolsos tardios de fundos para a campanha de vacinação, das Direcções Provinciais de Agricultura para os Serviços Provinciais da Pecuária e Serviços Distritais de Actividades Económicas.

**Gráfico 4: Vacinações contra Newcastle: Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**



Em 2007, no que se refere a realização de campanhas de vacinações públicas de pecuária e de extensão, as seguintes actividades foram realizadas:

- Produzidas 798.595 doses de vacina contra carbúnculos em todo o país e 4.202.500 doses de vacina contra Newcastle;
- Formados 683 vacinadores comunitários;
- Realizados em todo o país 4.159.595 banhos carracicidas;
- Realizados 2.663.957 vacinações contra Newcastle, 787.846 contra Carbúnculo Hemático, 314.070 contra Carbúnculo Sintomático, 333.200 contra Febre Afetosa, 190.000 contra Dermatose Nodular e 85.837 contra Raiva, em todo o país.

#### **4. Melhorar o acesso a informação e mercados agrários**

A falta de informação pode resultar numa redução de oportunidades para os agentes que não têm acesso a ela, sobretudo os produtores em zonas isoladas, onde não têm ideia sobre o melhor momento de venda assim como o melhor preço nesse momento.

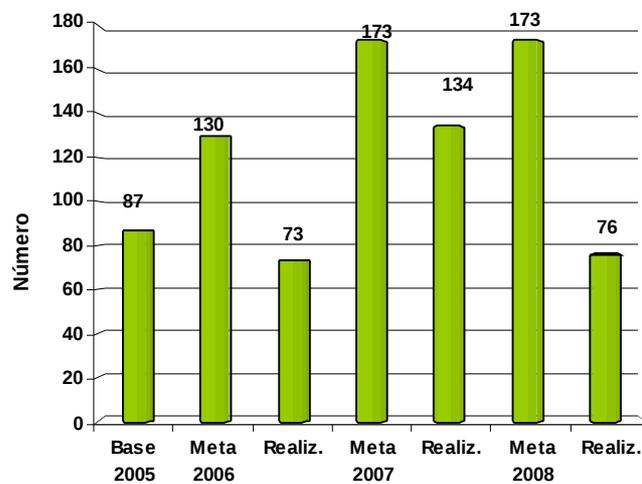
O PARPA II mede o acesso a informação e mercados agrários através de dois indicadores, nomeadamente: *nº de horas de programa de rádio difundindo informações de mercado* e *nº de associações de produtores assistidos pelo MINAG*. Assim e de acordo com estes indicadores, apurou-se que ainda persistem informações assimétricas, havendo ainda necessidade de promover um serviço de informação eficaz sobre as oportunidades de mercado. Em 2007 e 2008, na área de difusão de tecnologias, foram realizadas as seguintes actividades:

2007: Transmitidas 191 horas de programa de rádio na disseminação de mensagens técnicas; e efectuadas 2.863 demonstrações, sendo o maior número com culturas alimentares.

2008: Transmitidas 260 horas de programa de rádio com mensagens de extensão e disseminação de 7 pacotes tecnológicos.

Em 2007, em relação ao número de horas anuais de programa de rádio difundindo informações de mercado, de um total de 173 horas planificadas, foi realizado 134 horas de difusão de radio, o que corresponde a 77% do planificado. A razão principal do subcumprimento é a falta de pagamento imposta por irregularidades no desembolso para as províncias. Para 2008, o Relatório de Desempenho do MINAG, justifica o não cumprimento da meta pela falta de fundos para o pagamento às rádios para a divulgação da informação.

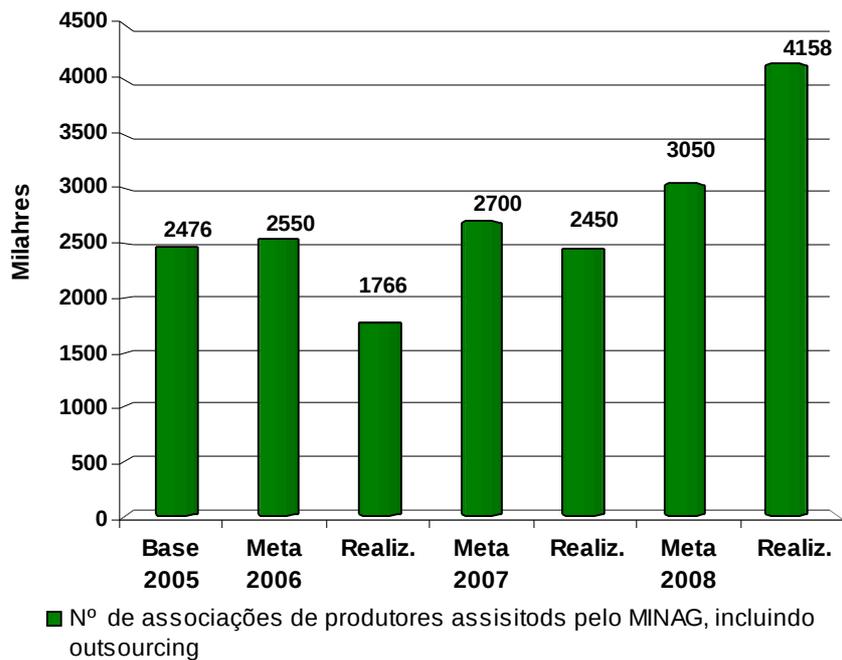
**Gráfico 5: Número de horas anuais de programa de rádio difundindo informações de mercado: Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**



Fonte: Matriz dos Indicadores do Memorando de Entendimento (2006, 2007 e 2008)

No entanto, pôde-se verificar que em 2005 o número de associações de produtores assistidos pelo MINAG era de 2.476 tendo este número aumentado para 4.158 associações em 2008, um crescimento na ordem de 68%, crescimento este influenciado pelo desempenho do ano de 2008.

**Gráfico 6: Associações de Produtores assistidos pelo MINAG - Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**

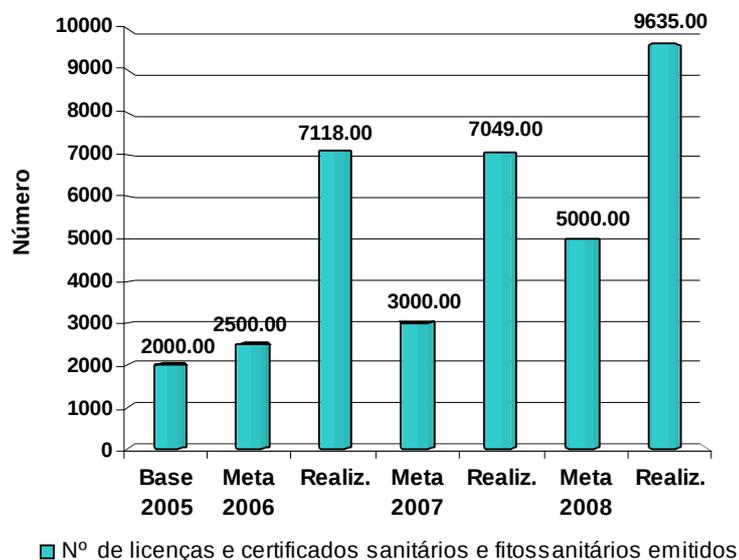


Fonte: Matriz dos Indicadores do Memorando de Entendimento (2006, 2007 e 2008)

**5. Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor**

Pelo gráfico 7 apresentado, nota-se que este indicador superou a meta programa em percentagens significativas, assim alcançou-se o propósito de estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fitossanitária conforme programado no PARPA II.

**Gráfico 7: Licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos - Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**



Fonte: Matriz dos Indicadores do Memorando de Entendimento (2006, 2007 e 2008)

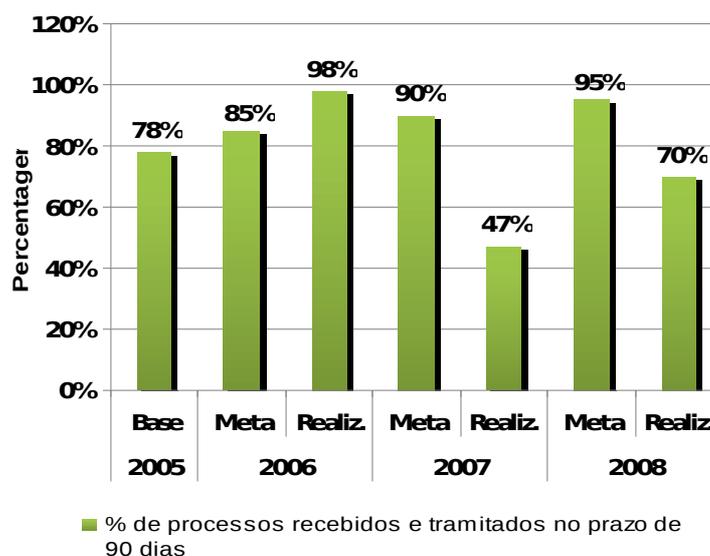
Há que referir que, estes certificados e licenças não são consequência de uma política, estratégia ou plano mas sim da dinâmica do mercado conforme a necessidade de importação (licenças) ou exportação (certificados) de produtos vegetais.

## 6. Gestão de Recursos Naturais

De acordo com o PARPA II os objectivos estabelecidos para a melhoria da gestão de recursos naturais implica que o seguinte seja concretizado: (i) melhorar o acesso equitativo das comunidades e dos indivíduos aos recursos naturais para o uso e gestão sustentável; (ii) promover um serviço de informação sobre recursos naturais existentes e (iii) melhorar a fiscalização da exploração dos recursos.

Os documentos de monitoria revistos neste trabalho concentram-se basicamente na análise dos indicadores que medem o alcance do primeiro propósito. Assim, medido pelo indicador *% de processos recebidos e tramitados no prazo de 90 dias*, o acesso equitativo das comunidades aos recursos naturais para o uso e gestão sustentável ainda não foi totalmente alcançado pois, se em 2005 a percentagem foi de 75%, em 2007 e 2008 esta decresceu para 47% (meta: 90%) e 70% (meta 95%) respectivamente. Este facto está em grande medida relacionado com a demora na emissão de pareceres por parte das entidades envolvidas no processo e tempo de devolução de processos de projectos mal formulados e de forma a se efectuar a sua rectificação.

**Gráfico 8: Processos tramitados e recebidos no prazo de 90 dias - Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**



Fonte: Matriz dos Indicadores do Memorando de Entendimento (2006, 2007 e 2008)

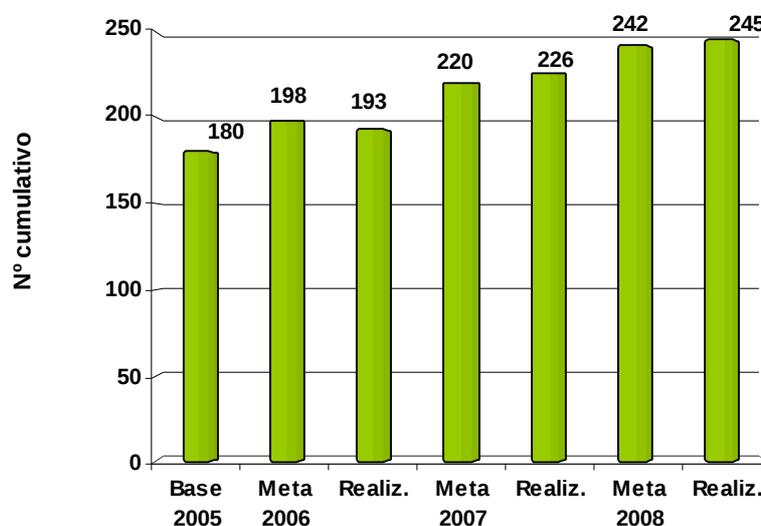
Relativamente a este indicador, segundo o MINAG, nos últimos anos tem-se registado uma grande procura de grandes extensões de terra, o que de certo modo torna mais complexa a sua tramitação. Por forma a reverter esta situação, o MINAG elaborou um guião que irá ajudar na análise de pedidos de grandes áreas que pode ser usada também pelos Governos Provinciais.

O sector também elaborou o documento que contem as linhas mestres sobre o Zoneamento Agrário de Moçambique na escala de 1:1.000.000 com o objectivo de identificar o potencial agrário e as áreas disponíveis. Com o zoneamento que indicará as áreas disponíveis para investimento espera-se maior celeridade na tramitação (poupando assim, tempo). A falta de Zoneamento tem sido uma das razões do não cumprimento dos 90 dias, devido as cautelas que o Governo tem tido na análise das grandes áreas.

Por outro lado, o não cumprimento do prazo dos 90 dias está, em parte, relacionado com a devolução tardia de editais e a demora na assinatura e entrega das actas de consultas por parte dos administradores e demora na emissão de pareceres por parte dos Directores Provinciais de Agricultura (DPA's) e Assessores jurídicos dos Governadores provinciais. Neste contexto e segundo o MINAG estão em vista acções de sensibilização dos DPA's, Administradores distritais e Assessores dos Governadores para o cumprimento do prazo estipulado na emissão de pareceres e assinatura de documentos.

A promoção da exploração sustentável de recursos naturais para 2008, medido pelo indicador " *número de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral*", mostra que para este objectivo progressos foram registados, pois até 2008 estava programado o delimitar e registar no atlas cadastral um total de 242 comunidades locais tendo a meta sido alcançada (245 comunidades cadastradas no País).

**Gráfico 9: Número cumulativo de comunidades Locais delimitadas e registadas no Atlas Cadastral - Comparação entre a meta programada e o executado (2005-2008)**



---

Fonte: Matriz dos Indicadores do Memorando de Entendimento (2006, 2007 e 2008)

O MINAG efectuou em 2008 uma avaliação integrada das florestas do país para avaliar a sua extensão e composição florística de modo a fornecer ao Governo instrumentos para melhorar a gestão e conservação desse recurso. Esta avaliação resultou: (i) na actualização do mapa de cobertura de terra e (ii) no inventário florestal nacional. Está igualmente prevista a avaliação da biomassa lenhosa à escala nacional para complementar a informação existente. Foi também realizado o levantamento das ocupações, com destaque para a zona costeira onde existe maior potencial para ocorrência de conflitos.

## **Factores – Chaves no Desempenho do Sector**

Diversos factores endógenos e exógenos da economia moçambicana contribuíram para um cumprimento razoável do sector agrícola, considerando que no que se refere aos indicadores e metas programadas para o sector no período de 2006-2008 nem sempre foram totalmente alcançados.

### **a. Factores Positivos:**

- Melhor coordenação entre o nível central e as DPAs no sentido da disponibilização atempada dos recursos necessários, tanto meios de transporte como fundos para as deslocações de campo;
- O sector agrícola tem auferido maior atenção na Agenda Políticas desde 2007, sustentado pelo facto do aumento do orçamento do Ministério da Agricultura de ano para ano no período<sup>5</sup>, aumentando desse modo a capacidade de resposta do sector e a prestação de maior número de serviços;
- Investimentos substanciais foram financiados durante os últimos anos (florestas, biocombustível);
- A descentralização no sector agrícola em termos de orçamento e sua execução;
- Treinamento de Técnicos e Sensibilização de Produtores em diversas áreas (fomento de culturas tolerantes à seca, promoção da utilização de insumos e tecnologias melhoradas);
- Reabilitação, manutenção e aquisição de pequenos sistemas de irrigação;
- Sensibilização dos produtores para o aproveitamento das zonas baixas e aproveitamento dos recursos hídricos existentes para agricultura;
- Monitoria e controlo de pragas (gafanhoto vermelho; pardal de bico vermelho, lagarta invasora, cochonilha, ácaro verde da mandioca, vírus do Mosaico da mandioca, virose do tomateiro, caruncho grande do milho e mosca de fruta);
- *Aprovação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (2008-2011)* com maior impacto em 2008, que permitiu o fortalecimento da extensão agrária e assim

---

<sup>5</sup> Ver ANEXO 1

aumentando o número, a capacidade e meios de trabalho dos extensionistas, bem como a provisão de sementes e outros insumos de impacto na produção em áreas de alto potencial agro ecológico; Este Plano contribuiu significativamente para o alcance do objectivo referente ao aumento do acesso a tecnologias e a informação de extensão em 2008;

- Disseminação de pacotes tecnológicos para o controlo integrado de pragas e doenças com destaque para a produção de ovos e porcos com base na moringa e olipera e respectivo processamento de carnes; e
- Distribuição de insumos agrícolas (realização de feiras agro-pecuárias e promoção da utilização de insumos e tecnologias melhoradas.).

**b. Factores Negativos:**

**Internos**

- Fraca capacidade técnica do sector para responder a todos os objectivos estabelecidos;
- Fraco conhecimento da Lei e dificuldade na implementação dos novos Regulamentos do *procurement*;
- Limitação de meios de produção (técnicas e tecnologias), infra-estruturas e recursos financeiros;
- Inexistência e/ou deficiência de mercados tanto de bens de consumo como de comercialização de produtos agrários;
- Atrasos nos Desembolsos dos Fundos não só por parte dos parceiros como também do nível central para Provincial, o que veio também atrasar o arranque dos projectos;
- Adopção por parte de determinados Parceiros do critério "100% do cumprimento da meta dos indicadores" de modo a atribuir recursos em anos seguintes;
- Aprovação tardia dos projectos financiados pelo Banco Mundial e consequente atraso do início de implementação dos mesmos;
- Dificuldade de assistências aos camponeses devido a dispersão dos mesmos;
- Dificil acesso ao mercado;
- Em 2008, Início tardio da reabilitação de canais secundários e terciários financiados pelo BID;
- Preços mal determinados e não renumerando o custo da produção;
- Fraca capacidade na \ e possibilidade de utilização de recursos pelas comunidades: questão do acesso a formação e informação;
- Demora na emissão de pareceres por parte das entidades envolvidas no processo de tramitação e devolução de processos relativos a projectos no sector (projectos mal formulados e que carecem de rectificação);
- Falta de transparência na distribuição de insumos;
- Fraca capacidade de gestão dos efeitos calamitosos;
- Conflitos de Terra: conflitos inter e intra comunitários sobre os direitos de uso e aproveitamento dos recursos naturais;
- Falta de oferta de serviços de qualidade para a construção de infraestruturas de irrigação;
- Custos unitários para a construção e reabilitação de regadios muito elevados;
- Ambiente de negócios desfavorável;
- Lento desenvolvimento tecnológico.
- Redução de mão-de-obra rural: crescente índice de incidência do HIV/SIDA nas comunidades;

---



---

e

- Fraca capacidade de fiscalização do quadro jurídico-legal aplicável bem como dos programas e estratégias por parte do Governo.
- 
- 

#### **Externos**

- Efeitos calamitosos: secas, inundações, ciclones e pestes (animais bravios e ataque generalizado do escaravelho preto no milho, afectando uma série de províncias, lagarta invasora que afectou a Província de Gaza.)
- Crise mundial de alimentos: agravamento dos preços dos insumos agrícolas que levaram à redução da produção alimentar e ao aumento dos custos de produção;
- Aumento do preço de combustível;e
- Aumento dos custos do frete marítimo;

### **Breve Avaliação do Quadro Político - Legal do sector da Agricultura**

O sector agrário possui um quadro legal que assenta sobre o princípio do garante do uso sustentável da terra e o respeito pela equidade social que a gere. O quadro jurídico-legal e de políticas do sector agrário integra:

#### **a. Quadro Legal**

- i. A Lei nº 19/97 de 1 de Outubro: Lei de Terras;
- ii. O Decreto nº 66/98 de 8 de Dezembro, que regulamenta a Lei de Terras e seus anexos técnicos, nomeadamente:
  - O Diploma Ministerial de 7 de Dezembro que contém as regras de delimitação das terras comunitárias;
  - O Decreto de 8 de Dezembro que contém o regime de taxas a pagar pelos utilizadores das terras.
- iii. Lei nº 10/99 de 7 de Julho: Lei de Florestas e Fauna Bravia;
- iv. Decreto nº 12/2002 de 6 de Junho: Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia;
- v. Diploma Ministerial nº 93/2005 de 4 de Maio: define os mecanismos de gestão e canalização dos 20% das taxas de exploração florestal e faunística para as comunidades locais; e
- vi. Decreto nº 60/2006 de 26 de Dezembro que Aprova o Regulamento sobre o solo urbano.

Em Moçambique, a Lei de Terras aprovada em 1997 regula o uso e aproveitamento de terra. A Constituição Nacional estipula que toda a terra é propriedade do Estado e que é o Estado que tem o pleno direito de planear e determinar as condições nas quais a terra será usada. O direito de uso e aproveitamento de terras é garantido pelo Estado através concessões mas, o

direito de ocupação é determinado primeiramente pelas comunidades tradicionais em regime habitual e ao abrigo do regime costumeiro tradicional.

A Lei de Florestas e Fauna Bravia e seu Regulamento é dirigida não só à protecção e conservação das florestas como também ao seu uso sustentável, incorporando a participação da comunidade na gestão dos recursos promovendo uma abordagem em que essas comunidades beneficiem da exploração do recurso florestal que se encontrar na sua área de jurisdição. Com vista ainda a regulamentar a Lei de Terras na parte respeitante ao uso e aproveitamento de terra nas áreas das cidades e vilas, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto 60/2006 atinente ao solo urbano.

De salientar ainda, que 2008 é marcado pelo desenvolvimento da legislação e regulamentação em relação ao processo de monitoria e controlo do amarelecimento letal do coqueiro, virose do tomateiro e lagarta mineira do amendoim e os seguintes desenvolvimentos foram registados em 2008, segundo o Relatório e Desempenho do MINAG (2008):

- No âmbito da implementação dos protocolos da SADC foi revisto e harmonizado o regulamento sobre sementes, nomeadamente: manual de qualidade de semente, manual do inspector e manual de procedimentos para acreditação e certificação;
- Elaborado o regulamento sobre normas de protecção de novas variedades, aguardando a sua apreciação e aprovação;
- Concluída a revisão dos regulamentos de quarentena vegetal e inspecção fitossanitária e de pesticidas;
- Elaborado o estatuto orgânico do SETSAN em coordenação com o Ministério da Função Pública, aguardando a sua aprovação.

Em geral, este quadro é considerado favorável especialmente ao crescimento do pequeno agricultor. Verifica-se, no entanto, problemas relacionados com o fraco conhecimento das leis, regulamentos, políticas e estratégias pelas comunidades rurais e conseqüentemente uma má aplicação das mesmas no terreno o que tem resultado em conflitos de diversa ordem: parcelamentos ilegais, desacordos em relação às delimitações, entre outros. Também a fragilidade das instituições de tutela da aplicação da lei é uma questão a ser notada.

#### **b. Quadro de Políticas e Estratégias**

O sector agrário possui os seus planos e programas de acção que definem os objectivos e metas, directrizes e procedimentos para a concretização de um certo projecto ou empreendimento. Todavia, planos e programas de acção, por si só, não constituem uma estratégia. A finalidade e razão de ser duma estratégia consiste em identificar, desenvolver e aplicar competências e aptidões específicas e distintivas que confirmam vantagens e

capacidade de combate a dificuldades e carências, superação de desafios e obstáculos, num ambiente de relacionamentos geralmente conflituais ou competitivos.

Os programas e estratégias do sector agrário em Moçambique em curso<sup>6</sup> incluem:

- i. Programa Nacional do Desenvolvimento Agrário (PROAGRI II);
- ii. Visão do Sector Agrário em Moçambique (VSAM);
- iii. Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR);
- iv. Estratégia da Revolução verde (2007);
- v. Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA 2009-2011);
- vi. Estratégia da Comercialização Agrícola (2001)
- vii. Plano Quinquenal do Governo e as prioridades do MINAG ;
- viii. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II);
- ix. Política e Estratégia de Desenvolvimento de Floresta e Fauna Bravia (1997).

Muitos outros documentos estratégicos foram preparados em 2005, documentos estes referentes a intensificação e diversificação, irrigação, extensão e reflorestamento. Este conjunto de documento continua a aguardar aprovação oficial.

Tal como os outros sectores, o sector da agricultura também prepara as suas próprias estratégias de médio prazo. O documento base de planificação de médio prazo é o PROAGRI I (2000 - 2004) e o PROAGRI II (em curso).

### **Programa Nacional do Desenvolvimento Agrário (PROAGRI II)**

O PROAGRI I foi desenhado com o objectivo de promover o investimento público no sector agrário e assim garantindo coordenação com outras acções sectoriais. Dando continuidade a esta estratégia de intervenção foi desenhado o PROAGRI II (ainda em curso) que revelou ser difícil de operacionalizar. O documento apresentava perspectivas para o desenvolvimento da agricultura incluindo as actividades a montante e a jusante que estão fora da responsabilidade do MINAG o que fez com que a sua implementação não fosse bem-sucedida. Outros documentos estratégicos foram posteriormente aprovados para operacionalizar a visão para o futuro do sector e de onde se destaca o PAPA.

### **Visão do Sector Agrário em Moçambique (VSAM)**

A “Visão do Sector Agrário em Moçambique” (VSAM) foi desenvolvida em 2003 antes da consulta e processo de planeamento para a formulação do PROAGRI II. Este documento

---

<sup>6</sup> Além destes, pode se destacar o Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI), 1995 desenhado com o objectivo de Recuperação da produção agrária para a segurança alimentar; e promoção dos níveis de comercialização de produtos de exportação. Note que, não foi incluído no conjunto de documentos relevantes, o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) – pois este, ainda se encontra em preparação.

descreveu em pormenor o sector agrícola de Moçambique e forneceu algumas indicações para o desenvolvimento de longo prazo do sector.

### **Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)**

Em 2007 foi aprovado a EDR. Este documento foi elaborado pelo MPD através da Direcção Nacional da Promoção de Desenvolvimento Rural com o objectivo de promover a coerência nas iniciativas de apoio ao desenvolvimento rural e na coordenação das prioridades nacionais, regionais, distritais e locais. Este documento tem um horizonte temporal que corresponde ao período da Agenda 2025. A mensagem complementar e crucial que a EDR adiciona aos instrumentos de planeamento entretanto disponíveis (nomeadamente ao PARPA II) é que nem todo o crescimento económico nacional será rápido, imediato e inevitavelmente benéfico para um desenvolvimento saudável e sustentável a longo prazo do sector. O EDR entendeu o desenvolvimento rural como um processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais.

### **Estratégia da Revolução Verde**

Em Outubro de 2007 foi aprovada pelo Governo a Estratégia da Revolução Verde como documento que deveria servir de base para orientação estratégica do sector. A Revolução Verde procura ser um processo de busca de soluções para incrementar os níveis de produção e produtividade agrária através do uso de sementes melhoradas, fertilizantes, instrumentos de produção, tecnologias de produção adequada à realidade local, mecanização agrícola incluindo a tracção animal, construção e exploração de represas para a irrigação e para o abeberamento de gado, entre outras acções. Trata-se de uma estratégia multidimensional de combate á fome e á pobreza e tem como objectivo final o aumento da produção e produtividade agrária de forma competitiva e sustentável. Para acelerar a implementação desta estratégia foi aprovado o PAPA em Junho de 2008.

### **Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA)**

O PAPA é o um plano com horizonte temporal a três anos, elaborado e aprovado em 2008, na sequência da aprovação da Estratégia da Revolução Verde pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2007. Trata-se da resposta do Governo à subida dos preços dos produtos básicos como arroz, trigo e milho nos mercados internacionais (a crise mundial de alimentos). O principal objectivo do PAPA é o de inverter o défice dos principais bens alimentares no país nos próximos três anos e assim reduzindo a dependência do país em relação às importações alimentares. Este plano é multisectorial e prevê investimentos na produção agrícola, armazenagem, comercialização e transformação (por exemplo, na pesca). Este plano é considerado uma prioridade pelo Governo e foi devidamente reflectido pelo Governo na sua planificação de médio prazo, tendo sido um dos factores determinantes do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2009 – 2011 onde foi previsto um aumento

significativo da despesa pública no sector agrícola e também um aumento significativo do seu peso no peso total das despesas públicas.

### **Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA)**

O MINAG encontra-se actualmente a desenvolver um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) com o objectivo principal de assegurar a participação do sector no processo de criação de segurança alimentar e para aumentar a produção agrícola e respectiva produtividade. Espera-se que este documento seja finalizado no decurso de 2009 ano e terá um horizonte temporal de 2010-2018.

É preciso ainda considerar que na área dos assuntos transversais foi elaborada a Estratégia de Género do Sector Agrário e o respectivo Plano de Acção (2006). Foram definidos os indicadores de género para serem inseridos no sistema de monitoria e avaliação do MINAG. Foi ainda desenhado o Plano estratégico Sectorial (2006-2010) de HIV/SIDA.

### **Efectividade na realização dos objectivos do PARPA**

Para se analisar a efectividade dos planos e documentos estratégicos na realização dos objectivos do PARPA é, primeiro lugar, necessário compreender os objectivos para o qual cada plano ou documento estratégico foi criado.

Documento	Período	Objectivos
<b>PROAGRI II</b>	2005-2009	Apoiar o sector familiar no desenvolvimento da agricultura e assim aumentando a sua capacidade de subsistência; Incentivar o aumento da produção agrícola; e, garantir a gestão sustentável dos recursos naturais.
<b>Estratégia da Revolução Verde</b>	Longo Prazo	Induzir o aumento da produção e produtividade dos pequenos produtores para uma maior oferta de alimentos, de uma forma competitiva e sustentável.
<b>EDR</b>	2007-2025	Contribuir para que as políticas e os instrumentos de planeamento sejam consistentes com uma perspectiva de transformação pro-rural do padrão de criação de riqueza em Moçambique, ou seja, promover a coerência nas iniciativas de apoio ao desenvolvimento rural e na coordenação das prioridades nacionais, regionais, distritais e locais.
<b>PAPA</b>	2008-2011	Eliminar o <i>deficit</i> nos principais produtos alimentares/ reduzir a dependência às importações, nas próximas três campanhas agrícolas (2008-2011), através de aumento da produção por via de aumento de produtividade e das áreas de cultivo.
<b>PEDSA</b>	2010-2018	Está em processo de elaboração e está a ser desenvolvido com o objectivo principal de sector agrícola

contribuir para a segurança alimentar e para aumentar a produção agrícola e respectiva produtividade.

Assim, pode-se verificar que quase todos os documentos de política e de estratégia existentes em torno do sector agrário incorporam a visão do PARPA II. Os planos e estratégias visam em geral o aumento da produção, da produtividade e a garantia da segurança alimentar reflectindo directamente os objectivos estipulados no PARPA II.

### **Nível de operacionalização das políticas**

Em geral, o nível de operacionalização das políticas é baixo, uma combinação de diversos factores e da própria conjuntura económica com destaque: dependência financeira para a implementação das políticas desenhadas, atrasos nos desembolsos de fundos externos, calamidades naturais e fraca capacidade de resposta, vias de acesso debilitadas e insuficientes, insuficiência de recursos humanos capacitados e ausência de uma efectiva coordenação interinstitucional (reflectindo-se sobretudo no desenvolvimento de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do sector).

É importante notar ainda que todas as estratégias e políticas desenhadas para o sector são complementares entre si e não concorrentes mas nem sempre este aspecto tem ficado claro na implementação das actividades e utilização eficiente dos recursos.

### **Considerações sobre indicadores para o sector**

De um modo geral, os indicadores existentes são úteis, sendo necessários reformulá-los e reduzi-los conforme aplicável, ou seja, os indicadores da matriz do PARPA foram considerados bons para a medição de desempenho do sector, no entanto primaram por serem indicadores que incorporaram maioritariamente aspectos de natureza quantitativa.

Os aspectos de natureza qualitativa não foram capturados e é sobre estes aspectos que a definição de indicadores para o futuro deve ser dada.

É preciso notar que a agricultura tem directrizes \ áreas de desenvolvimento chave, nomeadamente Investigação, Produção, Extensão que são difíceis de quantificar. A pesquisa é um processo de longo prazo em geral difícil de quantificar. A produção precisa também de tempo para gerar resultados. E, a extensão deve olhar os aspectos de número de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão como também a qualidade de trabalho desenvolvido pelos extensionistas.

Outro aspecto a notar e que deve ser esclarecido na definição de novos indicadores prende-se com a questão de *coordenação intersectorial*. Apesar do MINAG ser o único Ministério

responsável dos regadios com objectivos agrícolas, a questão de coordenação intersectorial deve ser elevada para melhorar a eficiência dos gastos públicos.

Com relação ao indicador *nº de comunidades locais delimitadas registadas no atlas cadastral*, há que referir que o indicador foi reportado de forma cumulativa enquanto a matriz assim não se referia. Logo inconsistências de interpretação do indicador foram verificadas durante o período. Assim sendo, há necessidade de se denominar o indicador correctamente.

## Documentação Consultada

Documento	Emitido por	Data de Emissão
Estratégia do Género do Sector Agrário	MINAG	Setembro 2005
Avaliação Final da 1ª Fase do PROAGRI (1999-2005)	Price WaterHouse Coopers	Dezembro de 2006
Balanço de Meio – Termo do Programa do Governo 2005-2009	GdM	Março de 2008
Balanço do PES 2006, 2007 e 2008	MPD - DNP	Fevereiro de cada ano
Estratégia de Desenvolvimento Rural	MPD	Setembro de 2007
Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2006-2009)	GdM	Mai de 2006
Revisão Anual (2006, 2007, 2008 & 2009)	GdM e PAPs	N/A
Revisão Semestral (2006, 2007, 2008 & 2009)	GdM e PAPs	N/A
Revisão Anual e Semestral do sector da Agricultura (2006, 2007, 2008 & 2009)	GdM e PAPs	N/A
National Medium–Term Investment Programme (NMTIP)	NEPAD & FAO	Novemb. 2004
Evaluation SWAPs in Rural Development	World Bank	2008
Relatório Anual de Desempenho do MINAG 2006	Direcção de Economia-MINAG	Março 2007
Relatório Anual de Desempenho do MINAG 2007	Direcção de Economia-MINAG	Março 2008
Relatório Anual de Desempenho do MINAG 2008	Direcção de Economia-MINAG	Março 2009

## Anexo I: Orçamento e Execução no Período (2006-2008) no MINAG e DPA

MINAG (3501)	2006			2007			2008		
	Dotação Final	Execução	%	Dotação Final	Execução	%	Dotação Final	Execução	%
Despesa de Funcionamento	60,766	59,608	98.1%	85,284	84,989	99.7%	102,024	96,692	94.8%
Despesa de Investimento	824,096	681,775	82.7%	1,079,176	815,497	75.6%	1,142,266	752,648	65.9%
<i>Componente Interna</i>	25,572	25,564	99.97%	29,176	29,161	99.9%	145,367	115,529	79.5%
<i>Componente Externa</i>	798,524	656,211	82.2%	1,049,999	786,335	74.9%	996,899	637,119	63.9%
<b>Despesa Total</b>	<b>884,862</b>	<b>741,383</b>	<b>83.8%</b>	<b>1,164,460</b>	<b>900,486</b>	<b>77.3%</b>	<b>1,244,290</b>	<b>849,340</b>	<b>68.3%</b>

Fonte: CGE (2006, 2007) e REO IV 2008

DPA (3521)	2006			2007			2008		
	Dotação Final	Execução	%	Dotação Final	Execução	%	Dotação Final	Execução	%
Despesa de Funcionamento	191,106	187,265	98.0%	245,628	245,387	99.9%	292,604	289,806	99.0%
Despesa de Investimento	320,071	312,341	97.6%	698,505	356,334	51.0%	940,344	609,307	64.8%
<i>Componente Interna</i>	61,544	61,539	100.0%	54,872	54,856	99.97%	215,488	92,523	42.9%
<i>Componente Externa</i>	258,527	250,801	97.0%	643,634	301,477	46.8%	724,856	516,784	71.3%
<b>Despesa Total</b>	<b>511,177</b>	<b>499,605</b>	<b>97.7%</b>	<b>944,134</b>	<b>601,720</b>	<b>63.7%</b>	<b>1,232,948</b>	<b>899,113</b>	<b>72.9%</b>

Fonte: CGE (2006, 2007) e REO IV 2008

## Anexo II: Matriz do PARPA II: Agricultura

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2006	Resultado 2006	Meta 2007	Resultado 2007	Meta 2008	Resultado 2008	Meta 2009	Apreciação do desempenho
Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão (par. 531)	% de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia [TIA]	28%	36%	Divulgação e disseminação das tecnologias agrárias	MINAG/Extensão Agrária	Nº total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação. [REL-Cumulativo]	177000	193.500	191.629	222.300	285.361	258.300	354.070	500.700	Alcançado
				Avaliação, geração e transferência das tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecológicas	MINAG/IIAM (Investigação)	Nº de variedades de culturas novas libertas [REL]	4	4	3	4	9	3	2	3	Alcançado
Promover a construção e rehabilitação das infraestruturas agrárias (par. 531)	% de explorações agrárias que usam técnicas de rega [TIA]	6%	8%	Construção e reabilitação de infra-estruturas de captação de água para o sector agrícola	MINAG/Serviços Agrários	Nº de novos ha de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários [REL]	2500	3.200	2.546	4.000	3.520	3.400	1.778	3.000	Não Alcançado
Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários (p. 531)	% de explorações agrárias que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) [TIA]	3%	4%	Realização de campanhas de sanidade animal	MINAG/Autoridade veterinária	Nº de vacinações contra Newcastle [REL]	1988000	2.300.000	2.021.590	2.700.445	2.925.905	3.100.000	3.293.636	3.600.000	Alcançado
Melhorar o acesso a informação e mercados agrários (par. 531)	% de explorações agrárias com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio [TIA]	30%	38%	Promoção dum serviço de informação sobre oportunidades de mercado	MINAG/Direcção de Economia	Nº de horas anuais de programa de rádio difundindo informações de mercado [REL]	87	130	73	173	134	173	76	173	Não Alcançado
	% de explorações agrárias com pelo menos um membro associado [TIA]	6%	7%	Apoio e capacitação de organizações de produtores	MINAG/Serviços Agrários	Nº de associações de produtores assistidos pelo MINAG, incluindo outsourcing (cumul) [REL]	2476	2.550	1.766	2.700	2.450	3.050	4.158	4250	Alcançado Parcialmente
Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor (par. 531)	Valor das exportações agrárias caju, algodão e açúcar (milhões de USD) [REL]	95,5	110	Estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fito-sanitária para um mercado competitivo	MINAG/Departamento de Sanidade Vegetal e Animal MIC/INNOQ	Nº de licenças e certificados sanitários e fito-sanitários emitidos [REL]	2000	2.500	7.118	3.000	7.049	5.000	9.635	7000	Alcançado
Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável (par. 533)	% de explorações agrárias com prova documental de ocupação [MINAG]	1.20%	1.70%	Inventarição, mapeamento cadastral da ocupação, uso e aproveitamento da terra	MINAG/Terras e Florestas	% de processos tramitados e registados em 90 dias [MINAG]	78%	85%	98%	90%	47%	95%	70%	99%	Não Alcançado
				Nº de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral [REL]		180	198	193	220	226	242	245	266	Alcançado	
Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais (par. 533)	Nº de transgressões florestais e faunísticas reduzido [MINAG]	1100	660	Fiscalização do cumprimento da legislação sobre recursos naturais	MINAG / Terras e Florestas	Area média coberta por fiscal [REL]	1128	1128	n/d	1128	533 parcelas de terra com DUAT (total, não por fiscal)	806	n/d		Informação Insuficiente